

ICMBio

Edição 463 - Ano 11 - 13 de abril de 2018

em foco

ICMBio e Pataxós firmam Termo de Compromisso

PÁGINA 18

Boa prática recupera área de manguezal no Rio de Janeiro

PÁGINA 6

Ivi, peixe-boi fêmea, é devolvida à natureza na Costa dos Corais

PÁGINA 11

UCs federais do Rio Paraná terão conselho unificado

PÁGINA 14



Programa Monitora realiza capacitação na Rébio Abufari

O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica (Cepam/ICMBio), o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) e a Reserva Biológica (Rébio) do Abufari (AM) promoveram entre os dias 22 e 26 de março uma capacitação com o objetivo de implementar o Protocolo de Automonitoramento da Pesca. O protocolo faz parte do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade (Monitora), coordenado pelo ICMBio.

As famílias, selecionadas previamente durante o processo de mobilização na unidade de conservação (UC), apoiam o monitoramento da pesca nas unidades onde residem. A atividade não gera nenhum ônus aos comunitários, que realizam as ações de monitoramento quatro vezes por ano, sempre com duração de uma semana, representando cada período do ciclo hidrológico da Amazônia (seca, enchente, cheia e vazante). Os participantes

anotam diversas informações referentes à pesca: tipo de embarcação, quantidade de pessoas envolvidas, esforço de captura, apetrechos utilizados, tamanho dos peixes e dados sobre produção e consumo de pescado.

SOBRE O TREINAMENTO

Os comunitários foram capacitados de forma que possam dar continuidade ao processo de monitoramento da pesca. O treinamento abordou aspectos legais do Programa Monitora e apresentou o Protocolo de Automonitoramento. Além disso, foram oferecidos exercícios práticos, nos quais as famílias puderam simular o preenchimento das fichas e aprender a maneira correta de medir e pesar cada espécie. Participaram da capacitação 25 famílias das comunidades Tambaquzinho, Rupunha, Macapá, Fazenda e Tauá-Mirim.



Wendell Medeiros

Famílias de quatro comunidades participaram da capacitação

www.icmbio.gov.br

Estudantes de Biologia visitam Arquipélago dos Alcatrazes

No último domingo (8), estudantes de Ciência Biológicas do Centro Universitário Módulo, de Caraguatuba (SP), puderam vivenciar uma aula prática nas áreas da Estação Ecológica Tupinambás e do Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes, UCs localizadas em São Sebastião (SP). Cerca de 30 alunos da disciplina de Zoologia de Vertebrados participaram da atividade, que foi coordenada pelos professores Fernando Freitas, Karina Sarilho e Luciana Colacio, e monitorada pelo NGI Alcatrazes, com apoio dos voluntários do ICMBio.

Os estudantes fizeram registros fotográficos dos peixes, que serão classificados durante as aulas. Eles ainda farão o levantamento dos hábitos e comportamento de cada espécie encontrada, verificando quais delas se encontram sob ameaça de extinção. Os alunos também assistiram a uma aula sobre a história e a geologia do arquipélago. Em seguida, tiveram oportunidade



de visitar o ninhal de fragatas, considerado o maior do Atlântico Sul.

Segundo o professor Fernando Freitas, "essa visita técnica permitiu que os alunos compreendessem a importância de se manter o local como uma unidade de conservação", ressaltou. Para a voluntária e aluna Stephanie Gonçalves, a experiência foi muito boa: "aprendi muito nessa visita e quero contribuir em outras atividades".

Antes da vivência no arquipélago, os alunos participaram de uma palestra sobre as características e importância ecológica das unidades de conservação, sendo previamente preparados para a aula prática. De acordo com a equipe do NGI Alcatrazes, as atividades com escolas e faculdades da região são muito importantes, pois aumentam a valorização e a apropriação deste patrimônio natural pela população local.



Fernando Freitas

Aula prática envolveu alunos da disciplina Zoologia de Vertebrados

ICMBio em Foco - nº 463

Instrumentos trazem melhorias às populações tradicionais

Na última semana, o então ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, e o presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Ricardo Soares, assinaram decreto que institui a Comissão das Reservas Extrativistas Federais (Conarex). O objetivo do instrumento é apoiar, propor e monitorar a execução de políticas relativas à proteção dos meios de vida e da cultura das populações tradicionais, o uso sustentável dos recursos naturais renováveis das reservas extrativistas federais e a conservação da biodiversidade.

Segundo o diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial do ICMBio, Cláudio Maretti, a comissão é de grande importância para o Brasil porque poderão ser reproduzidos na esfera nacional o diálogo e a participação que já existem na esfera local com os conselhos das unidades de conservação (UCs). "A principal intenção é que possamos dialogar com o movimento social de forma nacional, o que permitirá acompanhar o desenvolvimento, a proposição e a implementação de políticas públicas do Ministério do Meio Ambiente e do ICMBio", afirmou o diretor.

Ainda de acordo com Maretti, a Conarex não se limitará apenas às reservas extrativistas e tratará de assuntos de interesse das populações tradicionais em outras unidades de conservação de uso sustentável, como as florestas nacionais.

PLANAFE

Além da Conarex, foi instituído, por decreto assinado no último dia 5 pelo presidente da República, o Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe), que tem como objetivo levar às populações tradicionais e ribeirinhas de todo o país ações de inclusão social (educação, saúde, assistência social, documentação civil, entre outras), de fomento à produção sustentável (apoio à comercialização, garantia de preços mínimos, inserção

dos produtos extrativistas nas compras governamentais), de infraestrutura (principalmente energia e água) e de apoio à gestão ambiental e territorial. O Planafe, elaborado com a participação de 20 órgãos públicos – além organizações da sociedade civil e representações dos extrativistas –, beneficiará milhares de brasileiros.

"O Planafe vai além das UCs. Nesse Plano Nacional, liderado pelo MMA, pretendemos trabalhar a proposta de melhoria das políticas públicas mais gerais para as populações extrativistas, incluindo tanto as UCs federais quanto as estaduais, além de regiões fora das UCs, terras indígenas, territórios quilombolas ou até mesmo fora de territórios oficialmente reconhecidos", ressaltou Cláudio Maretti.

O Planafe vai beneficiar milhares de brasileiros nos seis biomas. Somente no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social estão listadas 150 mil famílias extrativistas e ribeirinhas. Também serão atendidas famílias dos assentamentos agroextrativistas administrados pelo Incra. Já o ICMBio registra aproximadamente 57 mil famílias residentes em unidades de conservação de uso sustentável que praticam o extrativismo, pescam artesanalmente e realizam uma pequena agricultura consorciada com espécies florestais e frutíferas. Assistir essas populações passou a ser prioridade para o governo federal.

Saiba mais sobre o Planafe: <https://bit.ly/2HTBsr>

POPULAÇÕES TRADIÇÃOAIS

Povos e populações tradicionais possuem papel ímpar na constituição da sociedade brasileira. Eles foram reconhecidos pelo Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, e são grupos que se reconhecem como tais, possuem organização própria e dependem de territórios e recursos naturais para manter sua

condição cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos e práticas transmitidos pela tradição.

Essas populações geralmente se encontram em UCs ou em áreas reconhecidas como tradicionais e dependem bastante do extrativismo

vegetal e animal. É o caso de seringueiros, castanheiros, quebradores de babaçu, catadores de flores, frutos e ervas de todos os biomas. Também é o caso de pescadores artesanais em áreas marinho-costeiras e de populações ribeirinhas que retiram dos rios o pão de cada dia.

Boa prática recupera área de manguezal no Rio de Janeiro

A Associação dos Protetores do Mar, a Cooperativa Manguezal Fluminense, o Instituto Nacional de Tecnologia e Uso Sustentável (Innat), o Núcleo de Gestão Integrada da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim e a Estação Ecológica da Guanabara são parceiros em defesa da baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, por meio de uma boa prática que tem como principal objetivo recuperar áreas de manguezal que foram degradadas antes da criação da UC de Guapimirim, em 1984.

Quando da chegada dos colonizadores, a região costeira da baía de Guanabara era majoritariamente ocupada por restingas, lagoas, brejos e manguezais. Com o processo de ocupação da região, a vegetação nativa foi suprimida para diferentes cultivos e a madeira das árvores de manguezal era utilizada sobretudo para construção civil, de curral e lenha para olarias. Com a criação da APA, foi possível recuperar fragmentos graças à resiliência do ecossistema, mas outras áreas não conseguiram se reerguer. De acordo com Juliana Fukuda, do ICMBio, considerando o papel dos manguezais para a sobrevivência da própria baía, a recuperação das áreas degradadas desse tipo de ecossistema é de grande importância para a melhoria da qualidade desse local tão simbólico:

“A prática foi iniciada em 2016 e a parceria entre várias instituições continua até hoje para conseguirmos aumentar a biodiversidade na baía, melhorar a qualidade de vida da população local, melhorar a qualidade da água dos rios da região e gerar renda para a população local por meio de plantios. A partir de 2006 começamos a planejar a recuperação dos fragmentos alterados que, pouco a pouco, foram sendo reconvertidos à vegetação original. Algumas dessas ações foram realizadas por parceiros e outras foram feitas por meio de determinações judiciais ou administrativas impostas a empresas”, explica.

Ainda segundo a servidora, o resultado mais evidente desta prática foi a recuperação de aproximadamente 100 hectares de áreas degradadas, onde pode-se perceber o desenvolvimento e a ocupação própria das espécies vegetais, e a reocupação do ambiente pela fauna local. “Isso influencia também a dinâmica social das comunidades, pois há alguns anos os catadores de caranguejo tinham que viajar para outros estados do Brasil em uma determinada época do ano para continuarem trabalhando, e hoje isso não acontece mais. A contratação de pessoas da região para as ações de reflorestamento foi importante para que elas despertassem para a importância do manguezal, e isso também influencia as comunidades locais. Atualmente, quase não há apreensão de madeiras de mangue cortadas na região”, enfatiza Juliana.

SEMINÁRIO E FÓRUM INTERNACIONAL

O III Seminário de Boas Práticas na Gestão de Unidades de Conservação e o I Fórum Internacional de Parcerias na Gestão de Unidades de Conservação ocorreram em Brasília de 27 a 29 de novembro de 2017. Ao todo, 46 boas práticas realizadas em UCs federais e estaduais foram apresentadas, com objetivo de difundir experiências bem sucedidas na gestão de UCs com potencial de replicação.

Os eventos foram realizados pelo ICMBio em parceria com o Instituto de Pesquisas Ecológicas (Ipe), Gordon and Betty Moore Foundation, Projeto Desenvolvimento de Parcerias Ambientais Público-Privadas apoiado pelo Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID), Caixa e Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), Agência de Cooperação Técnica Alemã (GIZ) e outros parceiros.



Floresta de Canela é objeto de estudo do projeto PAPP



A Floresta Nacional de Canela, no Rio Grande do Sul, foi objeto de estudo no projeto de Parcerias Ambientais Público-privadas (PAPP), desenvolvido e coordenado pelo ICMBio e Ministério do Meio Ambiente, sob execução financeira do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) e patrocínio do BID/Fomim e Fundo Socioambiental/Caixa.

O estudo de caso formulado para a Floresta levou em consideração o desenvolvimento de parcerias para o fomento de atividades de recreação e visitação com caráter educativo, alternativas de uso sustentável para a unidade. O estudo mostrou que o uso público em UCs pode ser uma importante ferramenta para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, recreação e lazer, assim como uma alternativa de utilização dos recursos naturais e culturais, podendo contribuir para o desenvolvimento econômico e social sustentável das comunidades locais.

De maneira geral, o estudo teve como objetivos analisar a viabilidade econômico-financeira das atividades potenciais da região, avaliar o instrumento jurídico de parcerias ambientais, apontar alternativas juridicamente adequadas para viabilizar a reversão de parte do recurso arrecadado em investimentos para adequar a infraestrutura de visitação da UC, e determinar impactos sociais, econômicos e ambientais dessas alternativas.

TURISMO

A cidade de Canela faz parte da Região das Hortênsias, uma das mais importantes do estado do Rio Grande do Sul em termos de capacidade turística, recebendo mais de 2,5 milhões de visitantes por ano. Inserida em uma área repleta de atividades de recreação e aventura, a cidade se destaca como destino de ecoturismo consolidado na região, com grande potencial para o investimento em parcerias ambientais.

Atualmente, a Floresta de Canela oferece poucas atividades de uso público, a maioria focada em educação ambiental e pesquisa. É importante ressaltar o potencial da unidade, que possui espaços de grande beleza natural, podendo receber atividades de recreação, lazer e alimentação.

CONSOLIDAÇÃO DE PARCERIAS

Com relação à localização e acesso à unidade, pode ser criado um circuito de ecoturismo compreendendo outras UCs da região, a exemplo da Floresta de São Francisco de Paula e do Parque Nacional de Aparados da Serra. Nesse sentido, observa-se a necessidade de implementar sinalização adequada ao longo das rodovias e caminhos para atrair e orientar visitantes. A Floresta de Canela está próxima do centro da cidade (aproximadamente 6 km), podendo receber turistas para 'day-use' ou mesmo visitas mais rápidas para almoço ou passeios curtos.

Com relação ao perfil dos turistas da região, o estudo identificou que a maioria das pessoas é casada e viaja em família, e o principal fator para a escolha do destino são os atrativos naturais da região. Muitos visitantes buscam informações sobre o destino antes da viagem, o que reforça a importância da divulgação e propaganda em sites de turismo, panfletos, agências de viagens e outros.

O estudo indica também que o Centro de Visitantes da Floresta deve ter exposições interpretativas de qualidade e acessíveis a todos, conscientizando os turistas sobre a importância de se preservar o meio ambiente. Outro aspecto relevante do edifício é seu papel de orientar a visitação, com mapas e indicações sobre os passeios existentes. Poderá ser implementada, ainda, uma infraestrutura para venda e exposição de artesanato local, souvenirs, itens de primeira necessidade e produtos alimentícios.

MODELO DE NEGÓCIOS

Também a partir do estudo das potenciais atividades relacionadas a lazer, eventos, ecoturismo, turismo de aventura e turismo rural, foi desenvolvido um modelo de negócios com o objetivo de dar sustentação econômica e financeira a uma parceria entre o ICMBio e um agente privado.

Este modelo foi desenvolvido levando em consideração a vocação natural da unidade, as atividades e atrativos já existentes na região, as demandas da UC e sua missão institucional. Propõe-se então, um modelo de negócios que confira a possibilidade de um retorno adequado ao parceiro, ao passo que permita o desenvolvimento de novas ideias empreendedoras sobre o modelo básico proposto. Esse modelo tem por base a obrigatoriedade do desenvolvimento de algumas atividades relacionadas ao uso público e a permissão de proposição de exploração de receitas acessórias mediante compatibilidade com o Plano de Manejo recém-aprovado e autorização prévia do poder concedente.

Confira o estudo completo: <https://bit.ly/2v8HeiY>

ICMBio promove oficina de sinalização de trilhas

A Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP/Diman) vem trabalhando com as unidades de conservação na implementação da sinalização de trilhas de longo curso. No dia 8 de abril, foi realizada uma oficina de sinalização rústica de trilhas para voluntários, escoteiros, condutores cadastrados no Parque Nacional da Serra dos Órgãos e técnicos das UCs vizinhas (Rebio Araras, Parque Estadual dos Três Picos, APA Guapimirim e Flona Mário Xavier).

A oficina, que ocorreu na APA Petrópolis, contou com a participação de cerca de 40 pessoas e teve como prática a sinalização de parte da trilha Caminhos da Serra do Mar, no Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Pedro Menezes, coordenador de Uso Público, citou, na abertura do evento, a importância de trilhas bem sinalizadas nas unidades de conservação e apresentou aos participantes o padrão que vem sendo utilizado pelo ICMBio na sinalização de trilhas de longo curso.

O chefe do parque, Leandro Goulart, destacou a importância da constante implementação das trilhas e citou os resultados já alcançados no projeto Caminhos da Serra do Mar. "A trilha é de 68 km, cortando a unidade e favorecendo sua implementação e a criação, nas comunidades do entorno, do sentimento de pertencimento em relação à trilha e, consequentemente, ao parque", argumentou.

Voluntários do Movimento Transcarrioca trouxeram a experiência da estruturação da trilha de longo curso do Rio de Janeiro e como deve ser feita a sinalização efetiva desses espaços. Após ser apresentada aos tipos de sinalização e orientada sobre o trabalho em campo, a turma seguiu para a sinalização de um dos trechos dos Caminhos da Serra do Mar, a trilha Uricanal.

PADRÃO

Segundo Leandro Goulart, foram sinalizados 5 km de trilha e o padrão utilizado foi a bota com a marca dos Caminhos da Serra

do Mar. As cores adotadas foram o amarelo e o preto e todos os participantes tiveram a oportunidade de experimentar a aplicação da sinalização em campo. "É muito importante termos uma sinalização única no Instituto que, ao mesmo tempo, gere a identidade do sistema nacional de trilhas e respeite as particularidades de cada unidade de conservação. Aqui no nosso caso a bota possui a marca da unidade, o Dedo de Deus", salientou o gestor.

"Em fevereiro de 2018 foi feita a sinalização da travessia Petrópolis x Teresópolis, uma das travessias mais tradicionais do Brasil, e o padrão utilizado foi o mesmo. O próximo passo será a sinalização do Caminho do Ouro e da Travessia Cobição Ventania, carimbando com isso a participação da trilha Caminhos da Serra do Mar no projeto de sinalização do ICMBio e na criação de uma trilha que irá do Oiapoque ao Chuí", concluiu Goulart.



Ivi, peixe-boi fêmea, é devolvida à natureza na Costa dos Corais



Programa de reintrodução é considerado um sucesso pelos especialistas

Uma fêmea de peixe-boi foi devolvida à natureza após dois anos em tratamento na APA Costa dos Corais, em Porto de Pedras (AL). Ivi, como foi batizada, já estava preparada para nadar sozinha. A história do animal começou no mar de Areia Branca, no Rio Grande do Norte, onde encalhou em 2012. Os primeiros cuidados começaram nas piscinas de Itamaracá, em Pernambuco. Ivi foi então levada para Alagoas, onde passou para a segunda fase do tratamento. Antes de finalmente voltar para casa, uma cinta foi colocada no animal e é nela que vão ficar os sensores de monitoramento após a soltura.

Para quem conviveu com Ivi, vai ser difícil lidar com a saudade. "Esse momento é de muita alegria, de euforia pra gente. Se ela der certo e for pra natureza se reproduzir como tantas outras que foram soltas, esse é o maior ganho que temos como profissionais", comemorou a bióloga do ICMBio Alexandra Costa.

Ivi faz parte do programa de reintrodução executado pela APA Costa dos Corais e pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste (Cepene). "Isso é um indicativo de que o programa

de reintrodução está funcionando", disse o analista ambiental Iran Normande, chefe da APA Costa dos Corais.

O peixe-boi (*Trichechus manatus manatus*) é o mamífero marinho mais ameaçado de extinção do país. A estimativa populacional para a espécie é de apenas 500 indivíduos distribuídos ao longo da costa brasileira.

SOBRE O PROGRAMA

O programa de conservação de peixe-boi no Brasil, realizado pelo ICMBio com a ajuda de parceiros, teve início em 1994 com a reintrodução de dois animais em Paripueira (AL). De lá para cá, 44 peixes-bois resgatados pelas instituições da Rede de Encalhe de Mamíferos Aquáticos do Nordeste (Remane) e reabilitados pelo ICMBio foram devolvidos à natureza.

O primeiro sítio de soltura, e o único atualmente em atividade no Brasil, está localizado dentro da APA Costa dos Corais, no rio Tatuamunha, em Porto de Pedras (AL). Dentre os animais soltos, 19 (43%) são fêmeas e 25 (57%) machos. Dentre as fêmeas reintroduzidas, 15 (79%) foram soltas na APA Costa dos Corais e 4 (21%) na APA da Barra de Mamanguape, na Paraíba.

Nesse período, foram registrados nascimentos de oito filhotes. No entanto, somente quatro fêmeas foram responsáveis por estes nascimentos, sendo a fêmea Lua com quatro parições, a fêmea Tuca com duas parições, a fêmea Áira com apenas uma parição e agora Luna, também em sua primeira parição.

Dentre os filhotes registrados, todos nasceram com vida, mas dois morreram poucos dias depois do nascimento. Após os dois primeiros registros de óbito, as atividades de conservação foram aprimoradas e todos os demais nascimentos vêm sendo realizados com sucesso. Nesses casos, o atendimento imediato da equipe, somado ao trabalho socioeducativo promovido nas comunidades, é o grande diferencial.

Pouco conhecida, pacarana é encontrada na Resex Chico Mendes

Um grupo de *Dinomys branickii* – animal conhecido como “pacarana” ou “paca-de-rabo” – foi registrado em vídeo pela primeira vez na Reserva Extrativista Chico Mendes, no Acre. Esse é o principal resultado de um monitoramento inédito, conduzido pelo WWF-Brasil junto a vários parceiros no Acre desde o final do ano passado, que está monitorando a fauna da Resex Chico Mendes, no município de Xapuri. Acesse o vídeo aqui: <https://bit.ly/2.BF3HL>.

A pacarana é uma espécie com escassas informações científicas disponíveis. Existem poucos registros dela na natureza e, segundo a lista da IUCN que mede o grau de risco de extinção de diversos animais, ela é classificada como “vulnerável”. A caça e a destruição da floresta são as maiores ameaças a este animal. No Brasil, já havia sido registrado antes no Acre, mas ocorre com mais frequência em outros países, como Bolívia, Peru e Colômbia.

A pacarana é, atualmente, o único representante vivo da família de roedores conhecida por *Dinomyidae*. Esse grupo possuía grande diversidade de espécies e deu origem a alguns dos maiores roedores que já viveram na América do Sul. O parente mais famoso da pacarana é o animal pré-histórico *Josephoartigasia monesi*, considerado o maior roedor já registrado pela ciência e que chegava a pesar mais de uma tonelada.

USO SUSTENTÁVEL

Para o biólogo e analista de conservação do WWF-Brasil, Felipe Avino, o registro dessa espécie é um indicativo de que a exploração sustentável da floresta e a manutenção da fauna podem coexistir. “Como esse registro foi feito no interior de uma reserva extrativista, onde há exploração de madeira e castanha, ele demonstra que é possível, desde que se obedecem algumas regras, usar os recursos da floresta, fazer a exploração das riquezas e garantir que os animais continuem por ali e sofram poucos impactos”, explicou.

ARMADILHAS FOTOGRAFICAS

O registro em vídeo da família de pacaranas só foi possível por conta de um novo projeto que o WWF-Brasil tem conduzido nas florestas acrianas. No final do ano passado, um conjunto de armadilhas fotográficas foi instalado no interior da Resex Chico Mendes. Elas servem para monitorar a fauna daquela unidade de conservação e ajudar a qualificar a exploração madeireira feita pelos extrativistas da reserva: para continuar extraindo e comercializando madeira, os comunitários precisam provar que a atividade econômica não provoca impacto na vida dos animais daquele local. As câmeras ajudam a monitorar esse impacto.

Estão espalhadas no interior da Resex oito armadilhas fotográficas que fizeram, desde dezembro de 2017, 120 registros. Cada armadilha está a um quilômetro de distância da outra. Mais de 20 espécies diferentes de animais foram flagradas pelas câmeras. Além da pacarana, outros bichos fotografados ou filmados foram tatus (*Dasyus sp.*), veados (*Mazama sp.*), macacos-guariba (*Alouatta seniculus*), macacos-prego (*Cebus apela*), jaguatiricas (*Leopardus pardalis*), gambás (*Didelphis albiventris*), jacamim-de-costas-cinzentas (*Psophia crepitans*) e cutias (*Dasyprocta agouti*).

A instalação das armadilhas ocorreu no início de dezembro, em oficinas que reuniram cerca de 20 extrativistas. Para ampliar o monitoramento, ao longo de 2018 outras 12 câmeras serão instaladas. A previsão é de que a instalação dos novos equipamentos ocorra no final deste mês.

As armadilhas fotográficas são câmeras normais equipadas com

pequenas melhorias tecnológicas, apropriadas para o ambiente selvagem. Elas ficam escondidas e amarradas em árvores, funcionando como sensores de luz – toda vez que um animal passa pela frente do equipamento, a câmera tira uma foto ou inicia uma gravação audiovisual. Essas câmeras filmam em infravermelho, ou seja, gravam bem à noite sem necessitar de luz adicional, e não espantam ou agredem os animais. Por isso, elas vêm sendo cada vez mais adotadas por conservacionistas em todo o mundo.

PARCERIAS

Este trabalho não seria viável, no entanto, sem apoio local. Uma das entidades parceiras da iniciativa é a Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários (Cooperfloresta), que atua na exploração sustentável de madeira na

Resex Chico Mendes. Engenheiro florestal da Cooperfloresta, Jardel Freitas contou que os comunitários estão bem entusiasmados com o monitoramento da fauna.

“Enxergamos esta iniciativa de maneira positiva. Sabendo dos impactos que a atividade madeireira provoca na fauna, teremos como estruturar melhores práticas e ter informações mais consistentes para colocar nos nossos projetos. Queremos mostrar que, com o devido cuidado, é possível fazer a exploração e minimizar os impactos aos animais”, afirmou Jardel.

A Associação dos Moradores e Produtores da Resex Chico Mendes (Amoprex) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) são outras duas instituições parceiras deste trabalho.



Espécie classificada como vulnerável, tem poucos registros na natureza.

UCs federais do Rio Paraná terão conselho unificado

Conselheiros do Parque Nacional de Ilha Grande e da Área de Proteção Ambiental (APA) das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná aprovaram a unificação dos conselhos gestores das duas unidades de conservação (UCs). As reuniões dos conselhos ocorreram em Querência do Norte (PR), Taquarussu (MS), Naviraí (MS) e Mundo Novo (MS), contando com a presença de representantes dos diversos setores da sociedade civil e dos órgãos públicos da região.

A unificação das duas entidades inclui também o processo de eleição de novos conselheiros para o mandato de 2018 a 2020. Foi instituído um Comitê Eleitoral, que está conduzindo o processo eleitoral, suas regras, data e local da eleição – informações que serão divulgadas por meio de edital em diversas mídias locais e regionais. A previsão é que este conselho unificado tenha tamanho equivalente ao atual conselho da APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, que é o maior do país. As eleições estão previstas para o início de junho e estarão aptas à candidatura aquelas instituições que pertencem aos 13 setores escolhidos para compor o conselho: produtores rurais, agricultura familiar, turismo, pesca profissional, apicultura, ilhéus, ensino e pesquisa, indústria e comércio, indígenas, hidrelétricas e setor público.

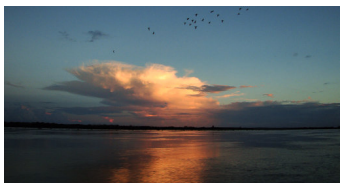
DESAFIO

De acordo do o coordenador do Comitê Eleitoral, Werner Semmelroth, representante das indústrias, unir os dois conselhos será um desafio não só para os gestores do ICMBio, mas também para os conselheiros. “São duas unidades de conservação – parque e APA – de categorias diferentes, cujos usos permitidos também são distintos, pois uma é de proteção integral e outra de uso sustentável. Porém, acreditamos que o esforço valerá a pena”, destacou Semmelroth.

Como lembrou o chefe do Parque Nacional de Ilha Grande, Tersio Abel Pezenti, a unificação dos conselhos já havia sido discutida em reuniões anteriores com os conselheiros. De acordo com o chefe da APA, Erick Caldas Xavier, a criação de um grande conselho unificado para a conservação do Rio Paraná, de suas ilhas, de sua várzea e do arquipélago de Ilha Grande tem como objetivo “otimizar a participação da sociedade, diminuir custos de operacionalização e integrar a gestão do Parque Nacional e da APA”, argumentou o gestor.



Arquivo ICMBio



Conselheiros do Parna de Ilha Grande e da APA Ilhas e Várzeas do Rio Paraná aprovaram a unificação

ICMBio sedia workshop sobre Manejo Integrado do Fogo

Representantes de órgãos e entidades do Distrito Federal se reuniram na última quarta-feira (11) para discutir o Manejo Integrado do Fogo (MIF) em áreas protegidas do DF como a APA Cabeça de Veado, a Estação Ecológica de Águas Emendadas, o Parque Nacional de Brasília, a Floresta Nacional de Brasília e suas regiões adjacentes.

O encontro aconteceu na sede do ICMBio, parceiro da iniciativa ao lado da Universidade de Brasília (UnB), Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal (Sema), Instituto Brasília Ambiental (Ibram), IBGE, Ibama e Prevfogo. Participaram do workshop representantes do Corpo de Bombeiros, Grupo Ambientalista do Torto, Força Aérea, Marinha, Exército, entre outros.

“O objetivo é discutir se as técnicas de Manejo Integrado do Fogo podem ser aplicadas nas áreas do DF, especialmente a técnica de queima prescrita”, explicou a professora da UnB, Isabel Schmidt, que coordenou o evento. Segundo Schmidt, o conceito do MIF ainda é incipiente no Distrito Federal e necessita de mais diálogo entre as instituições que estão envolvidas nas áreas protegidas distritais.

Durante o workshop, os participantes tiveram contato com a experiência da Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, que conseguiu, com a adoção do MIF, diminuir sensivelmente a intensidade dos incêndios florestais. Na segunda parte, eles foram divididos em três grupos para apontar razões e facilidades na implementação do MIF em cada agrupamento de áreas protegidas, bem como dificuldades e ações que poderiam ser realizadas.

SECA

Segundo Isabel Schmidt, dois grandes eventos marcaram o entendimento sobre o fogo no DF: o incêndio no Parna de Brasília em 2010, que custou 34% do território à época, e o incêndio de 2011 na APA Cabeça de Veado. Desde 2017, o DF vem acumulando muito combustível, que é o material orgânico com potencial de alimentar as chamas numa área, geralmente formado por folhas e capim secos.

Assim, a cada período de seca, o Distrito Federal enfrenta uma possibilidade maior de grandes incêndios. “As áreas estão muito homogêneas, com grande acúmulo de combustível, daí a necessidade de se discutir melhor o Manejo Integrado de Fogo com todas as entidades gestoras das áreas protegidas do DF”, destacou a professora.

FOGO NEM SEMPRE É VILÃO

O MIF é um conjunto de técnicas que procuram diminuir o grau de destruição dos incêndios florestais. Um dos principais indicadores é o acúmulo de material combustível. Queimas prescritas são instrumentos para diminuir o volume de material combustível acumulado no solo. Elas são realizadas entre o final das chuvas e o início da seca, época de ocorrência do fogo natural causada pelos raios em áreas previamente mapeadas por especialistas. Dessa forma, o fogo é mais controlável e os danos são diminuídos.

Os especialistas procuram realizar um mosaico de queima a fim de não prejudicar a flora e, especialmente, a fauna, mantendo locais onde os animais podem encontrar alimento e abrigo, sem aumentar a pressão sobre uma determinada área. Assim, em caso de incêndio, as chamas encontrarão nesses mosaicos “barreiras” que diminuem sua intensidade e facilitam o combate.

Porém, de acordo com a analista ambiental da Coordenação de Prevenção e Combate a Incêndios (Coin), Angela Garda, é importante ressaltar que as queimas prescritas não significam Manejo Integrado do Fogo. Segundo ela, o MIF compreende uma gestão do conhecimento do fogo, o que inclui outras ferramentas, a exemplo da conscientização.



Família Rodrigues

Especialistas discutiram uso de técnicas em áreas protegidas distritais

Comunitários participam de oficina de manejo florestal

Representantes comunitários e responsáveis técnicos de 10 associações e cooperativas participaram, durante a semana passada, da Oficina de Inserção de Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Snaflor). A oficina, conduzida pela Coordenação Geral de Populações Tradicionais (CGPT/Disat), foi realizada no Centro Nacional de Desenvolvimento e Capacitações de Recursos Humanos (Centre) do Ibama. Estiveram presentes comunitários de cinco unidades de conservação: as Reservas Extrativistas Verde para Sempre, Chico Mendes e Ituxi; e as Florestas Nacionais do Tapajós e Purus.

O Snaflor foi instituído pela Lei 12.651/2012 no advento do Código Florestal e é gerido pelo Ibama. "Até maio de 2018, todos os empreendimentos precisam estar inseridos no sistema, daí a necessidade da oficina", esclarece o analista ambiental da CGPT, Carlos Eduardo Santos. Os participantes tiveram contato com o cadastramento dos PMFS e também foram capacitados no acompanhamento da execução dos planos, bem como na declaração de corte. Por fim, receberam orientações acerca

do cadastramento de cada PMFS e do Plano Operacional Anual (POA).

INTEGRAÇÃO DOS DADOS

"Este é um passo importante principalmente na área de tecnologia e gestão da informação do manejo florestal comunitário", avalia o responsável técnico da Cooperativa Mista da Flona Tapajós (Coomflona), Carlos Braga. "A integração dos dados é uma evolução positiva, pois proporciona mais controle pelos órgãos e possibilita uma aproximação mais refinada entre nós e as instituições do governo", finaliza. Com a instituição do Snaflor, os dados ficarão padronizados em um sistema único e federal. Hoje cada estado tem o seu, o que dificulta a comunicação e a gestão da informação entre estados.

A capacitação foi realizada pela Parceria para a Conservação da Biodiversidade na Amazônia, iniciativa financiada pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e executada pelo Serviço Florestal Americano (USFS) em parceria com o ICMBio.



Capacitação contou com a presença de representantes de cinco UCs federais

Ramilla Rodrigues

Arie Floresta da Cicuta empossa novos conselheiros

A Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie) Floresta da Cicuta (RJ) fortalece sua integração com a sociedade local e entorno com a posse da nova gestão do seu Conselho Consultivo para o biênio 2018-2019. O evento ocorreu no dia 3 de abril com a presença da equipe gestora da UC e cerca de 60 participantes, incluindo os membros titulares e suplentes do conselho, além da secretária municipal de Meio Ambiente do município de Volta Redonda, Daniela Vasconcelos, e do gerente de Unidades de Conservação do município de Barra Mansa, Marley Landim. A nova gestão conta com a participação de 45 con-

selheiros, representando 32 instituições de diferentes setores que interagem com a Arie (órgãos públicos, usuários do território, colegiados e organizações não governamentais e instituições de ensino, pesquisa e extensão). Além da cerimônia de posse, foi instituído o Grupo de Trabalho (GT) para elaboração do Plano de Ação do Conselho Consultivo. Ainda durante o evento, foram exibidos vídeos sobre Conselhos Gestores e em agradecimento aos conselheiros. Os materiais audiovisuais foram elaborados pela Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental, com apoio da Divisão de Comunicação do ICMBio.



Novos conselheiros após cerimônia de posse

Aerivo ICMBio

ICMBio e Pataxós firmam Termo de Compromisso referente ao Parna do Descobrimento

No último dia 2 de abril, o ICMBio e os caciques das aldeias Pataxó, localizadas na área de sobreposição entre o Parque Nacional do Descobrimento e a Terra Indígena Comexatibá (delimitada em 2015 pela Funai), firmaram um Termo de Compromisso que define regras para compatibilizar, na medida do possível, a conservação dos atributos naturais do parque e o atendimento às necessidades e direitos indígenas. Assim, foi iniciada uma promissora parceria após cerca de 15 anos de conflitos.

A região sul da Bahia, onde se localizam a UC e a TI Comexatibá, é de extrema importância por vários aspectos, além do econômico e turístico. É a região onde se deu o primeiro contato entre os colonizadores portugueses e os povos originários, o que lhe confere grande importância histórica. É também uma região de diversidade biológica excepcional, conhecida como "Hylaea Bahiana", detentora da maior riqueza de espécies arbóreas por hectare já registrada no Brasil, da qual infelizmente restam apenas pequenos (e preciosos) remanescentes, sendo o Parque Nacional do Descobrimento um dos principais.

E é, ainda, local de grande diversidade cultural, apesar do processo histórico violento para com os indígenas, que resultou em extermínio e longo período de invisibilidade dos sobreviventes desses povos, interrompido pela decisão de lutar por seus territórios tradicionais e pela manutenção de sua identidade cultural, inclusive pelas chamadas "retomadas", promovidas na região por grupos que se autoidentificam como Pataxó e Tupinambá.

HISTÓRICO

O Parque Nacional do Descobrimento foi criado em 1999, em meio às comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, em uma área que pertencia a uma empresa madei-

reira, mas que abriga os maiores remanescentes da outrora luxuriante Mata Atlântica da região. Com cerca de 20 mil hectares, foi ampliado em 2012 para os atuais 22.693 ha. Em 2003, ocorreram as primeiras ocupações dos Pataxó na unidade de conservação. Até 2017 houve algumas tentativas de diálogo que não chegaram a alcançar uma resolução da questão. Havia ações de reintegração de posse do ICMBio contra os indígenas (atualmente suspensas), que viviam em situação precária e em constante tensão, enquanto o Parque Nacional não era devidamente implementado por conta do conflito. Em 2015, a Funai publicou o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) da TI Comexatibá, com cerca de 28 mil hectares, sendo 4.500 sobrepostos à UC (20% da área do parque e cerca de 15% da área da TI).

Em março de 2017, os Pataxó ocuparam a base local do ICMBio, como forma de pressionar o Estado por uma solução para o reconhecimento dos seus direitos identitários e territoriais. Em meio à ocupação, as lideranças indígenas estiveram em Brasília e foram ao Ministério do Meio Ambiente, onde foram recebidos pelo ministro, que determinou que se buscase uma solução dialogada para a questão.

Em 31 de maio de 2017, na sede do Ministério Público Federal em Teixeira de Freitas (BA), o presidente do ICMBio e lideranças Pataxó assinaram um acordo que previa a desocupação da base do parque e o estabelecimento de um Grupo de Trabalho Interinstitucional com o objetivo de elaborar um Termo de Compromisso (TC). O documento estabelecerá regras de convivência entre os indígenas e a UC e ainda proporia uma carteira de projetos de cunho socioambiental, que viabilizassem a permanência dos indígenas em bases sustentáveis até que o restante da TI seja implementado, com geração de alternativas de renda que tragam melhorias de qualidade

de vida, além de viabilizar um maior grau de implementação do Parque.

O acordo vem sendo integralmente cumprido: a base foi desocupada sem danos ao patrimônio público; ICMBio e Funai publicaram, em 30 de junho, a Portaria Conjunta que criou o Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI), com seis membros titulares governamentais (três do ICMBio e três da Funai) e seis indígenas (um de cada aldeia) e igual número de suplentes. O GTI reuniu-se na região em julho e agosto de 2017 para trabalhos de campo que incluíram informação e esclarecimento das comunidades envolvidas e as primeiras discussões sobre o conteúdo pretendido pelas partes para o TC.

A etapa seguinte foi a de elaboração de uma primeira minuta de TC para ser apreciada pelos Pataxó, pelo ICMBio, pela Funai e pelo Conselho Consultivo do Parque Nacional do Descobrimento. O GTI voltou a reunir-se em dezembro de 2017, para incorporação de demandas de cada uma das partes, resultando em uma nova versão de minuta. Esta foi apreciada novamente nas aldeias, no ICMBio e na Funai. Em março deste ano ocorreu a reunião decisiva do GTI, quando se chegou ao texto que foi assinado no dia 2 de abril.

REGRAS ESTABELECIDAS

Entre as principais regras estabelecidas, destaca-se o etnozoneamento da área de sobreposição, instrumento previsto na PNGATI – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (Decreto 7.747/2012), que definiu zonas de uso intensivo (onde se localizam as moradias, estruturas comunitárias e de beneficiamento de produtos, como farinhas, além das roças e áreas de criação de pequenos animais), de uso intermediário (onde será possível o plantio em moldes

agroflorestais e o uso sustentável de pequenas quantidades de madeira verde) e de uso restrito, correspondente a mais de 90% da área sobreposta, onde apenas pequenos usos extrativistas, ritualísticos e turísticos serão possíveis.

Acordou-se que não será permitida a caça, mas será possível o estabelecimento de criações de espécies silvestres cinegéticas nas zonas de uso intensivo. Foram definidas as atividades permitidas sem necessidade de comunicação ao ICMBio, outras com simples comunicado e aquelas que poderão ser realizadas somente mediante autorização do ICMBio.

Definidas no TC as possibilidades e impossibilidades de uso da área, o GTI tem até o final de junho de 2018 para viabilizar a carteira de projetos, que deve incluir, pelo menos, ações de recuperação de áreas degradadas e de etnoturismo e ecoturismo com a participação indígena. Com este acordo, a ideia é iniciar um novo ciclo na relação entre povos indígenas e unidades de conservação sobrepostas aos seus territórios, onde se busque a convergência de objetivos e interesses, trabalhando a compatibilização entre direitos ambientais e socioculturais. Em especial, espera-se que o caso Descobrimento/Comexatibá sirva de inspiração para encaminhamentos semelhantes em casos como o do Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal e a Terra Indígena Barra Velha, na mesma região, entre vários outros existentes em todas as regiões do Brasil.



Curtas

STF determina que reduzir ou extinguir UCs por Medida Provisória é inconstitucional

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade que a redução ou extinção de unidades de conservação (UCs) por Medida Provisória é inconstitucional. Sendo assim, a redução ou extinção de áreas protegidas só podem acontecer por meio de lei. O julgamento começou em agosto do ano passado, quando a relatora e presidente do Supremo, ministra Carmen Lúcia, votou contra o uso de MPs para esta finalidade. A decisão foi ratificada pelos ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Roberto Barroso, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio e Dias Toffoli. O minist

tro Luiz Fux não votou e Gilmar Mendes e Celso de Mello não estavam presentes.

Com isso, as UCs estarão protegidas também de Medidas Provisórias como a 756 e 758, que reduziam as áreas de unidades no sudoeste do Pará, incluindo o Parque Nacional do Jamanxim. As MPs foram vetadas pelo presidente Michel Temer depois de ampla pressão dos ambientalistas e de celebridades sensíveis à causa ambiental. Atualmente há um projeto de lei que retoma a proposta, mas seu regime de urgência foi retirado.

Portaria define critérios para redistribuição com cargo efetivo vago

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) publicou na última semana portaria que estabelece critérios relativos à redistribuição com cargo efetivo vago, no âmbito do MMA, Instituto Chico Mendes e Ibama. Para esse caso, a redistribuição deverá ocorrer somente no interesse da Administração e disponibilidade de vaga para esta finalidade. Ela será autorizada no caso de criação, reestruturação ou extinção de unidade organizacional (desde que implique em mudança de localidade e que não haja unidade do órgão ou entidade

na região) e no caso de servidor que esteja cedido há mais de três anos para ocupar cargo em comissão, gratificação ou função, e demais casos previstos em leis específicas, em um dos três órgãos, desde que haja anuência do servidor. A efetivação da redistribuição deverá ser precedida da verificação, por parte da unidade de gestão de pessoas, de que as possibilidades de remoção e redistribuição com contrapartida com cargo efetivo ocupado foram esgotadas. A portaria pode ser acessada em <https://goo.gl/w7uL7o>.

IUCN divulga convocatória de estudos de caso

Está aberta até o dia 25 de abril a convocatória da Oficina Global de Gênero da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN, na sigla em inglês). Poderão ser apresentados estudos de caso que contribuam para fortalecer o conhecimento crítico sobre violência de gênero e meio ambiente. O objetivo é coletar iniciativas e casos documentados por organiza-

ções internacionais, da sociedade civil, de mulheres e de povos indígenas, por instituições acadêmicas e outros atores que tenham experiências diretas ou indiretas no tema. A convocatória conta com a colaboração da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, na sigla em inglês). Mais informações em: <https://goo.gl/VsXqZZ>.

Estudantes visitam Flona Mário Xavier

A Floresta Nacional (Flona) Mário Xavier (RJ) recebeu na última semana alunos do curso de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, acompanhados da professora Dra. Karine Bueno Vargas, para um trabalho de campo. A visita técnica faz parte da disciplina Biogeografia Aplicada. O intuito da atividade foi proporcionar aos alunos uma vivência na Flona, reconhecendo sua importância ambiental como unidade de conservação e compreendendo os conflitos ambientais que a área sofre diante da pressão urbana, já que a UC está inserida no perímetro urbano do município de Se-

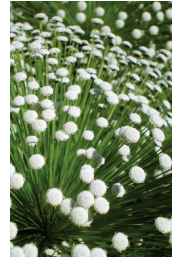
ropédica. A visita marcou, ainda, a abertura da integração do curso de Geografia com a unidade, incentivando os alunos a participarem do projeto de extensão "Guarda compartilhada da Flona Mário Xavier com a população de Seropédica-RJ: biogeografia e educação ambiental aproximando sociedade e natureza", coordenado pela professora Karine. Na oportunidade, Ricardo Nogueira, chefe da Flona, e a equipe da unidade fizeram a apresentação da UC e mostraram sua dinâmica, discutindo questões relacionadas à educação ambiental.

Cepam recebe informações sobre peixes elétricos

O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica (Cepam/ICMBio) está recebendo até o dia 3 de maio informações sobre 171 espécies de peixes continentais brasileiros da ordem *Gymnotiformes*, os peixes elétricos. Nesta consulta, qualquer pessoa, considerando seus conhecimentos, pode revisar e atualizar as informações e, assim, contribuir para a avaliação do estado de

conservação destas espécies. Basta acessar as fichas de informações no módulo de consulta do Sistema de Avaliação do Estado de Conservação da Biodiversidade – Salve (<https://bit.ly/2v2fcFO>). Confira a relação de todas as espécies clicando aqui: <https://bit.ly/2GRciZZ>. Para visualizar as fichas das espécies e enviar suas contribuições, é necessário cadastrar-se no site do Salve e efetuar login.

Rebio da Contagem (DF)





ICMBio em Foco
Revista eletrônica

Edição
Ivanna Brito

Projeto Gráfico
Bruno Bimbato
Narayanan Miranda

Diagramação
Celise Duarte

Chefe da Divisão de Comunicação
Márcia Muchagata

Colaboraram nesta edição

Cesar Chirosa – Cepam; Marcelo Raseira – Cepam; Urbano Lopes – Cepam; Lorene Lima – DCOM; Ramilla Rodrigues – DCOM; Sandro Leonardo Alves – Arie Floresta da Cicuta; Wendell Medeiros – Ipê; Sílvia Godoy – NGI Alcatrazes; Leandro Goulart – Parna Serra dos Órgãos; Erick Xavier – APA Ilhas e Várzeas do Rio Paraná.

Divisão de Comunicação - DCOM
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF
Fone +55 (61) 2028-9280 ascomchicomendes@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br

 @icmbio  facebook.com/icmbio  youtube.com/canalicmbio  @icmbio



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

